

EMPREITEIRAS E CORRUPÇÃO

Luiz Carlos Bresser Pereira

(*O Estado de São Paulo*, 7/11/93)

Abstract: Os empreiteiros são os atores privilegiados, os principais beneficiários e as vítimas por excelência da corrupção política existente hoje no Brasil. Há um grande número de políticos que não são corruptos, enquanto que para os empreiteiros não existe a possibilidade de ficar à margem da corrupção reinante no país.

Os empreiteiros são os atores privilegiados, os principais beneficiários e as vítimas por excelência da corrupção política existente hoje no Brasil. Há um grande número de políticos que não são corruptos, enquanto que para os empreiteiros não existe a possibilidade de ficar à margem da corrupção reinante no país. Entre os dirigentes e proprietários de empresas empreiteiras, que têm como seu principal cliente o Estado, existem homens e mulheres honestos, tão indignados quanto nós com a corrupção, mas dificilmente poderá cada um deles deixar de participar dos mecanismos desonestos através dos quais é apropriada privadamente a coisa pública. Eles fazem parte de um círculo vicioso infernal, no qual subornar políticos e ser por eles serem chantageados torna-se rotina.

Para quebrar esse círculo vicioso, investigações, comissões parlamentares de inquérito e a punição dos políticos e empreiteiros envolvidos nas acusações são sem dúvida necessárias, mas enquanto não for revista institucionalmente a posição das empresas empreiteiras dentro da economia e da sociedade brasileira e a forma de fiscalizá-las, não será possível resolver o problema.

É preciso ficar claro que as empreiteiras, cujo cliente é fundamentalmente o Estado, não são empresas do mesmo tipo e não podem se submeter à mesma fiscalização que as demais empresas que vendem competitivamente para o setor privado. Um princípio fundamental da administração pública é o do controle rígido, formal. Os regulamentos e os tribunais de conta existem para isto. Já que não existe um mercado para realizar esse controle, a solução, ainda que imperfeita, é o controle administrativo, através de rotinas bem definidas e da montagem de um amplo e

cerrado sistema de fiscalização. Ora, já que as empreiteiras são sob muitos aspectos parte do Estado, as mesmas normas de controle que se aplicam ou deveriam se aplicar a burocratas e políticos que trabalham para o Estado devem ser estendidas às empresas empreiteiras.

O senador Pedro Simon propôs recentemente que o sigilo bancário deveria ser suspenso para todos os políticos e ocupantes de cargos públicos. O mesmo senador propôs também a criação de uma CPI para as empreiteiras, já que a atual CPI está se concentrando nos políticos. As duas idéias estão absolutamente corretas, mas deveriam ser completadas pela extensão aos diretores e sócios das empresas empreiteiras da suspensão do sigilo bancário, e pela inclusão dessas empresas no poder de fiscalização dos tribunais de contas federal, estaduais e municipais.

A idéia de que as empresas empreiteiras são especiais, que fazem de uma certa forma parte do Estado, não constitui novidade. Um notável economista norte-americano, James O'Connor, escrevendo sobre a estrutura econômica e social dos Estados Unidos, dividiu-a em três setores - o competitivo, o oligopolista e o estatal - e incluiu as empresas empreiteiras no setor estatal, em conjunto com os próprios departamentos do Estado e as empresas estatais. A idéia de que se pode controlar as empreiteiras exclusivamente através das licitações é sabidamente falsa. Por mais que se aperfeiçoe e sistema, este sempre deixará vazamentos através do qual a corrupção reaparece.

Todo o sistema de corrupção promovido pelas empreiteiras está baseado no sobre-faturamento das obras públicas e dos serviços prestados ao Estado e na existência de uma caixa 2 através da qual uma parte do valor sobre-faturado é destinada aos políticos na forma de comissões e doações. Os políticos desonestos exigem as comissões, cuja taxa foi, nos últimos anos, aumentada. Os políticos desonestos do passado contentavam-se com 10 por cento; hoje, a partir do exemplo de São Paulo, passaram a exigir 25 por cento. Mas os próprios políticos honestos, que não chantageiam as empreiteiras, que não cobram comissões, são também beneficiados por elas. Uma função perversa dessas empresas é financiar campanhas políticas. Em todas as campanhas os políticos - honestos e desonestos - pedem apoio das empresas em geral, mas as que realmente fazem contribuições substanciais são as empreiteiras. Este fato imobiliza os políticos honestos, dificultando a

montagem de um sistema de controle especial sobre as empreiteiras, seus sócios e diretores, do tipo que estou propondo.

O sistema de corrupção que existe hoje na política brasileira está baseado na liberdade excessiva das empreiteiras. Um dos acusados na CPI da Corrupção, o senador e ministro Alexandre Costa, declarou recentemente que "as empreiteiras, pelas bandalheiras que já fizeram no país, tornaram-se quase uma lepra". Esta violência verbal de um homem acuado é bem significativa. Os empreiteiros honestos só poderão efetivamente garantir sua honestidade se o sistema atual de não fiscalização, de sigilo bancário, for modificado. Como para os políticos é fundamental que para os empreiteiros exista também plena transparência de suas contas empresariais e pessoais. Só assim eles poderão dizer não à chantagem dos políticos desonestos. Só assim suas empresas deixarão de ter como "função" financiar campanhas eleitorais. Quando existe muita facilidade, a desonestidade é inevitável. Só mudando institucionalmente o sistema de controle das empreiteiras a política brasileira poderá dar um salto de qualidade. Só assim as conquistas da atual CPI transformar-se-ão em conquistas duradouras.